



RECORTES DO TRABALHO DOMÉSTICO DE COSTUREIRAS E SUAS INTERFACES COM A ESFERA FAMILIAR, SOCIAL E POLÍTICA

**Analuísa Bernardi de Almeida*

**Semíramis Fabíola Hirata*

***Lydia Akemy Onesti*

RESUMO

A crescente taxa de desemprego e os baixos salários têm levado a população brasileira a procurar o trabalho informal como estratégia de garantir ou auxiliar a renda familiar. Sendo o trabalho doméstico um exemplo de trabalho informal, buscou-se em CATTANI (1997) a definição dessa modalidade. Por sua vez, a mulher busca o trabalho, facilitando o cumprimento dos seus vários papéis (mãe, esposa, dona-de-casa). Com o objetivo de verificar a relação entre trabalho doméstico de costureiras e suas implicações na esfera familiar, social e política, a presente pesquisa vem sendo desenvolvida com 19 costureiras da cidade de Londrina. O método utilizado foi o de entrevista individual semi-estruturada e realizada em suas próprias residências. Os dados obtidos apontam para a importância da renda no orçamento doméstico, sendo em alguns casos a fonte principal de sustento da família. Pelo fato do trabalho ser desenvolvido na própria casa, não haver cômodo específico e por não se fixarem horários de atendimentos, observa-se que o espaço da intimidade doméstica é invadido pela clientela. Devido à baixa frequência de saídas de sua casa, constatou-se nas mulheres pesquisadas uma dificuldade na compreensão da transformação das relações sociais, em decorrência de mudanças bruscas e rápidas, que trazem implicações sobre a subjetividade das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Informal Doméstico; Subjetividade; Invasão da Intimidade Doméstica; Participação Social.

*Psicóloga graduada pela Unifil.

** Docente da UniFil.

Mestre em Psicologia.

E-mail: lydiake@sercomtel.com.br

ABSTRACT

Growing unemployment rates and low salaries have made the Brazilian population seek for informal work as a strategy of granting or helping with the family income. Being the domestic work an example of informal work, it was searched in CATTANI (1997) the definition of this modality. In turn, the woman seeks for work, facilitating the accomplishment of her several roles (mother, wife, housekeeper). With the objective of verifying the relations between domestic work as dressmakers and the implications on the family, social and political spheres, the present research was developed having 19 dressmakers from the city of Londrina as subjects. The method used was the individual semi-structured interview which was developed in the subjects' own homes. The data obtained points to the importance of that income for the domestic budget, being in some cases the main source of family support. Because the work is being developed at home, not having specific rooms or appointment times, it can be observed that the space of privacy is invaded by the customers. Since they scarcely go out, it was evidenced on the researched women a difficulty to understand the changes in social relations as a result of rapid and brusque changes, that causes implications on people's subjectivity.

KEY-WORDS: Informal Domestic Work; Subjectivity; Invasion of the Domestic Privacy; Social Participation.

INTRODUÇÃO

Anteriormente ao século XIX, as mulheres já trabalhavam para ganhar o seu sustento e as atividades em que elas mais se envolviam eram as de fiandeiras, costureiras, parteiras, domésticas, criadas da lavoura, entre outras.

Mas a sua inserção no mercado de trabalho se dá com a chegada da Revolução Industrial. A mudança no panorama do mundo do trabalho se fez observar pelo aumento substancial de fábricas e criação de postos de trabalho, requerendo um número maior de trabalhadores.

Para a mulher abrem-se novas oportunidades de participação social no trabalho, embora o pensamento predominante fosse a impossibilidade de conciliação da atividade produtiva com a criação de filhos e cuidados com a casa. Pressupunha-se que as responsabilidades familiares deveriam ser privilegiadas por serem de tempo integral.

A priorização das obrigações domésticas e maternais contribui para a geração de empregos de baixos salários e não especializados. Talvez aqui esteja a raiz histórica da discriminação sofrida pelas mulheres no mundo do trabalho.

No Brasil, a década de 1970 constituiu-se um marco do avanço das conquistas femininas, em especial a sua participação no mundo de trabalho. De acordo BRUSCHINI, *in* SAFFIOTO (1994: 63), “*as estatísticas têm revelado que a presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo o urbano, é cada vez mais intensa e diversificada e não mostra nenhuma tendência de retrocesso, apesar das sucessivas crises econômicas que têm assolado o país a partir dos anos 80*”.

Deve-se considerar também, observando-se o panorama econômico brasileiro, que a remuneração do trabalho masculino não tem sido suficiente para suprir os gastos de uma família e, por isso, a mulher se obriga a buscar uma atividade que renda lucros para auxiliar com tais gastos, fato este constatado por BRUSCHINI (1994). A autora revela ainda que, em função da mudança da expectativa de consumo, modifica-se o conceito de necessidade. Assim, maior ganho significa a possibilidade de acesso a novos produtos de consumo.

Assumir, portanto, uma atividade que gere renda implica em ter que harmonizar e equilibrar as atividades econômicas e familiares, especialmente se há presença de criança na casa.

Associa-se a esses problemas a ideologia de uma sociedade machista, em que a mulher deve ser a única responsável pelos afazeres domésticos e cuidados dos filhos, tendo, por isso, que assumir dupla jornada de trabalho, uma no emprego e outra na casa. Tal conciliação é dificultada por atividades formais e com horários regulares. Soma-se a isso a discriminação existente sobre a mulher. De acordo com SUARÉZ (2002), as mulheres acham-se ainda excluídas de muitas profissões e recebem, de acordo com LAVINAS *et al.* (2002), salários inferiores aos dos masculinos, mesmo desempenhando atividades iguais. Outra dificuldade enfrentada por elas diz respeito a atitudes negativas de colaboradores masculinos quando elas ocupam cargos de chefia. A atividade informal, como é o caso do trabalho domiciliar e na qual não há jornadas regulares de trabalho, costuma facilitar o equilíbrio entre família e trabalho, embora não ofereça garantias trabalhistas (BRUSCHINI, 1994).

O perfil da desigualdade apresenta-se de forma mais evidente se levarmos em conta que a elas cabe conciliar a atividade doméstica com a atividade profissional. Mas a dupla jornada de trabalho e a busca de um trabalho alternativo, que muitas vezes, é realizado na própria residência para facilitar a administração do tempo e das atividades, acaba resultando, em muitos casos, num trabalho mal remunerado e isento de benefícios.

Muitas mulheres buscam o trabalho informal para poderem assumir seus compromissos familiares. O trabalho informal é definido como a:

“atividade exercida no espaço doméstico, por conta própria, quando o produto é diretamente comercializado com o consumidor, ou encomendado por terceiros (...) é uma atividade na qual o trabalhador tem autonomia sobre seu tempo e ritmo de trabalho, controle sobre as técnicas e procedimentos de sua elaboração e determinação do preço” (CATTANI, 1997: 275).

Para esse autor, o trabalho doméstico enquadra-se nesta modalidade e ele utiliza o trabalho de costureiras como exemplo.

O trabalho doméstico (entenda-se por trabalho doméstico o trabalho realizado no domicílio, como fazer salgados, costuras, etc., e não o como o trabalho do domicílio, como lavar, passar, cozinhar) permite que a mulher cumpra as tarefas sociais que são esperadas dela, como, por exemplo, cuidar da casa, dos filhos, e ainda exerça uma atividade que seja lucrativa.

Este tipo de atividade cria uma imagem de disponibilidade permanente, pelo fato de ser desenvolvido na própria casa. Dessa forma, o espaço doméstico passa a ter dupla significação: local de trabalho e local de descanso familiar. Este último passa a não ser respeitado pela clientela, pois esta interfere nas atividades familiares aos finais de semana, tampouco respeitando os horários de refeições, de lazer e descanso.

A execução do trabalho doméstico, como costureira, implica necessariamente em transformar a casa no local de sua produção, exigindo organização do espaço doméstico, seja nos aspectos físicos ou sociais e familiares.

A costura pode constituir-se inicialmente numa complementação da renda familiar, sofrendo transformação, passando, em muitos casos, a ser a principal fonte de rendas. No entanto, tal condição não faz com que haja necessariamente uma inversão de poder, mas certamente aumenta o espaço de negociação entre homens e mulheres, o que pode conduzir a uma maior flexibilização nas atribuições de cada um (CARNEIRO e PEREIRA, 2002).

Os autores ainda apresentam a necessidade de se refletir sobre a resignificação das atividades desenvolvidas na esfera doméstica, podendo inclusive os homens se inserirem nesse processo produtivo, rompendo assim com uma identidade masculina historicamente constituída.

Portanto, este artigo tem como objetivos conhecer o cotidiano do seu trabalho e o significado de sua renda no orçamento doméstico, verificar a

influência do trabalho doméstico nas suas interfaces com a esfera familiar, social e política, e constatar os fatores que contribuem direta ou indiretamente para a sua participação e envolvimento em questões que afetam a comunidade e seus membros.

Metodologia:

- **Participantes:** 19 mulheres, exercendo a profissão de costureira domiciliar, com idades variando de 35 a 76 anos, com grau de escolaridade entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo, sendo todas residentes na cidade de Londrina - Pr.

- **Instrumento:** roteiro de entrevista semi-estruturada abordando o significado do trabalho, o ambiente e condições de trabalho, perspectiva, relação trabalho e doença, relação trabalho e família, além de questões que visavam a identificação da participante (omitindo o nome), composição familiar, importância da renda advinda do trabalho de costureira e saber como ela se tornou costureira.

- **Procedimento:** a composição das participantes desta pesquisa se deu através de indicação de costureiras já entrevistadas ou de conhecimento das próprias pesquisadoras, devido à natureza do trabalho por elas executado, que é de difícil identificação, uma vez que é realizado em suas residências. A coleta de dados foi realizada através do uso do roteiro de entrevista semi-estruturada, em suas próprias residências, após obter a aprovação do dia e do horário que lhes fossem mais convenientes. Nessa ocasião, já eram expostos os objetivos do trabalho e o tempo médio de duração da entrevista, de forma que pudessem planejar e organizar suas atividades.

Foram anotadas frases e palavras-chave durante a entrevista e, imediatamente, construía-se o relato completo para garantir a fidedignidade dos dados e as expressões emocionais e gestuais observadas.

Os dados analisados foram colocados em categorias específicas, de forma a facilitar a compreensão das dificuldades e dos aspectos do cotidiano vivido por essas mulheres.

Resultados e Discussão

I. Caracterização da população analisada

Das 19 costureiras entrevistadas, a maioria se encontrava na faixa etária entre 45 e 55 anos, com grau de escolaridade de nível primário incompleto. Outros dados de caracterização acham-se na Tabela 1, a seguir:

TABELA 1: CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA ESTUDADA

Variáveis	Nº
Idade	
35 - 45 anos	2
46 - 55 anos	10
56 - 65 anos	4
acima de 65 anos	3
Escolaridade	
1º Grau Incompleto	10
1º Grau Completo	5
2º Grau Incompleto	0
2º Grau Completo	4
Estado Civil	
Solteira	2
Casada	10
Viúva	3
Separada/Divorciada	4
Tempo de Profissão	
Até 20 anos	8
21 – 35 anos	4
36 – 55 anos	5
acima de 56 anos	2
Curso de Aperfeiçoamento	
Corte e Costura	13
* Nenhum (aprenderam com algum parente ou sozinhas, sem qualquer ajuda ou instrução)	6
**Profissão dos Membros	
Estudante	9
Aposentado/a	6
Desempregado/a	4
Vendedor/a	3
Outros	19
Renda Familiar	
350,00 – 700,00	4
700,00 – 1.000,00	7
1.000,00 – 3.500,00	8

** Apenas consideramos as profissões que obtiveram valores relevantes em todas as categorias citadas.

II. Significado do Trabalho

Antes de abordarmos esta questão, é relevante explicitar a relação entre as profissões caracterizadas como sendo pertencentes às mulheres e as oportunidades de trabalho no final da década de 50 e durante a de 60.

Como eram restritas as profissões consideradas femininas, de professora, auxiliar de enfermagem, cabeleireira, empregada doméstica, zeladora e costureira, havia pouca opção para outras atividades que não impedissem a conciliação de seus deveres domésticos, bem como de seu papel social: o de servir.

Talvez em função disso, 58% das entrevistadas tenham aprendido a arte da costura, pois a família apregoava valores relacionados ao papel da mulher ao se casar: estar preparada para cuidar plenamente da casa, incluindo-se aí toda a indumentária, pois era raro encontrar roupas prontas. Este aprendizado tornou-se significativo para muitas delas em épocas posteriores quando se defrontaram com a viuvez, divórcio ou desemprego do marido.

Mesmo diante de tais condições (a imposição do aprendizado determinado socialmente para mulher), 79% sentem-se realizadas pessoalmente exercendo a profissão de costureira, embora 58% mudariam de profissão se tivessem oportunidade. Chama a atenção que as ocupações escolhidas, no caso de mudança, continuam sendo enquadradas em atividades consideradas femininas, tais como: enfermeiras, cabeleireiras e artesãs.

Este dado revela a influência ainda presente dos valores culturais na escolha da atividade profissional, por estarem relacionadas à sua condição de mulher. O foco reside em ajudar os outros ou em ocupar um espaço doméstico para o atendimento das duas áreas: profissional e familiar.

Neste sentido, SUAREZ (2002) afirma que o fenômeno do trabalho informal atrai muitas mulheres por opção, pois podem assim assumir seus compromissos familiares. Além disso, elas podem assumir este tipo de trabalho por ser o único disponível, considerando o seu grau de escolarização e preparo para um mercado de trabalho altamente competitivo e exigente. Em nossa pesquisa, 53% das participantes possuem apenas o 1º grau incompleto, o que restringe seu leque de opções profissionais.

O trabalho para elas significa a possibilidade de se realizarem pessoalmente através da valorização de seu trabalho e a liberdade sentida no ato de criar. Além de essa atividade propiciar autonomia, constitui-se numa fonte de renda para suprir suas necessidades. Percebe-se, portanto, que ser costureira é uma atividade prazerosa, sem qualquer imposição alheia sobre o grau de compromisso e responsabilidade assumidos.

A atividade escolhida, ou seja, o trabalho informal doméstico, possibilita a

administração do tempo e das atividades, conforme afirma CATTANI (1997). Além disso, este tipo de trabalho proporciona “*controle sobre as técnicas e procedimentos de sua elaboração e determinação do preço*” (p.275).

III – Ambiente, Condições de Trabalho e Relação Familiar

Apenas 21% das entrevistadas fixam horário de trabalho, preservando um limite na relação profissional, evitando que o seu trabalho interfira em outras atividades pessoais, em especial, as relacionadas à sua família. Constatou-se que a maioria das clientes não demonstra respeito aos períodos de descanso familiar (horário das refeições, noite e finais-de-semana) para serem atendidas, interferindo no funcionamento familiar, uma vez que os atendimentos são feitos em cômodos no corpo da casa e, muitas vezes, no próprio quarto da costureira.

Embora elas não percebam que a presença das clientes no interior de sua casa afeta a privacidade dos membros de sua família, é evidente que este tipo de atividade redunde implicitamente em invasão da intimidade. Porém, como não possuem condições para destinar um cômodo exclusivamente para o seu trabalho, observa-se uma aceitação da invasão de sua intimidade como algo inerente à sua profissão.

Além disso, observou-se um respeito às atividades profissionais de suas clientes, permitindo que elas sejam procuradas nos intervalos de trabalho e no período de tempo livre que as clientes encontram. Nesse sentido, reconhece-se que o trabalho assume uma importância maior na vida das pessoas, impedindo-as de reservarem um tempo que possa ser dedicado a si próprias. Porém, há casos em que algumas responsabilidades familiares

“têm impacto sobre as responsabilidades profissionais, influenciando na atuação da força de trabalho e na performance do trabalhador. No caso da existência do conflito entre trabalho e família, onde o trabalhador sente-se roubado de um tempo que poderia estar se dedicando à família, percebe-se um aumento significativo dos fatores exaustão emocional e despersonalização” (CODO, VASQUES-MENEZES e MEDEIROS) *In: CODO (1999, p.257).*

Quanto ao ambiente de trabalho, percebe-se que a casa sofre alterações para acolher a profissão da mulher, permitindo “*que o tempo de trabalho não seja distinto do tempo do não-trabalho ou do ‘serviço-de-casa’*” (CARNEIRO e PEREIRA, 2002) e contribuindo para que o espaço doméstico passe a reproduzir não apenas as relações familiares, mas também as relações profissionais, pois “*a máquina de costura não pode mais ocupar qualquer lugar dentro da casa.*” Essa atividade passa a ser realizada em um determinado cômodo da casa que deixa de exercer a função que lhe era atribuída.

Com a transformação da casa em locus de produção, novos conteúdos são introduzidos às relações de gênero dentro da esfera familiar, uma vez que a renda advinda do trabalho feminino vem assumindo maior importância no orçamento familiar. Porém, observa-se na literatura que o trabalho da mulher “*não constitui uma situação nova que forçosamente abale os fundamentos patriarcais da família pobre, porque não desestrutura o lugar de autoridade do homem, que pode se manter, sendo, inclusive, transferido para outros homens da rede familiar*” (SARTI, 1996:76). *Mas a entrada das mulheres para o mercado de trabalho trouxe conseqüências positivas nas representações femininas, pois novas alternativas de relações entre homens e mulheres passaram a existir na família ou fora dela* (ROMANELLI, 2000: 77). *Esse autor não desconsidera a importância do movimento feminista nesses avanços que redefinem o papel da mulher socialmente e equilibram a sociabilidade entre os gêneros, embora não eliminem as relações hierarquizadas e a dominância masculina na família, “sustentada por representações diversas” (p.83).*

Se, de início, constituiu-se numa ajuda doméstica, hoje, para 37% delas, é a fonte principal de sustento da casa. Embora não obtivéssemos relatos explícitos sobre a imprescindibilidade do seu ganho, observamos que 47% das costureiras entrevistadas participam ativamente na complementação da renda, assumindo compromissos fixos, como pagamento de água, telefone, compra de mantimentos e roupas. Tal condição favorece seu reconhecimento, permitindo a redução da desigualdade de classe, significando uma abertura para a sua autonomia. Também é importante ressaltar que a mulher pode se satisfazer com a remuneração de seu trabalho (mesmo que baixa) quando vê seus filhos vestidos, “*a comida na mesa e a família bem alimentada*” (SARTI, 1996:76). Conforme relatado por algumas mulheres, o trabalho tem o poder também de satisfazê-las, “*afirmando em algum nível sua individualidade, mesmo que seus rendimentos não se destinem para si mesma, uma vez que esta individualidade não deixa de ser referida à família.*”

IV – Participação Social e Política

De acordo com os relatos das entrevistadas, os relacionamentos interpessoais que possuem restringem-se às suas famílias e clientes. Diferente do trabalho formal, que possibilita a tomada de consciência, tomada de decisão, troca de experiências, sensação de viver no mundo e ter voz ativa (FISCHER, 2002), o trabalho informal restringe o círculo social do indivíduo, como é o caso das costureiras. Portanto, embora elas relatem obter informações dos acontecimentos sociais e políticos via rádio, televisão e com as próprias clientes, a sua participação efetiva é mínima ou até mesmo nula em alguns casos.

Uma minoria das mulheres participantes contribui com o sistema previdenciário, visando garantir uma aposentadoria que lhes possa auxiliar no futuro. Mas 84% delas não fazem qualquer recolhimento e *“como trabalham por conta e não pagam impostos, acabam sendo excluídas dos direitos sociais e previdenciários”* (ROUQUAYROL e FILHO, 2002). Em função disso, o período de trabalho pode vir a se estender a uma idade bastante avançada para, obrigatoriamente, garantir sua sobrevivência. Caso a sua saúde não lhe permita continuar na atividade, certamente dependerá do auxílio de filhos e/ou familiares.

A condição que ora se instala afeta sua identidade, pois a dimensão da dependência exige-lhes novas formas de ação e de condutas, podendo-se ainda pressupor a existência de um sentimento de constrangimento não revelado. A perda do trabalho é nociva à subjetividade e identidade de qualquer ser humano, afirma CODO (1993).

CONCLUSÕES

Nos últimos anos, as mudanças que vêm ocorrendo no mundo têm afetado o mercado de trabalho. A revolução tecnocientífica e a globalização vêm eliminando milhares de postos de trabalho. O desemprego se tornou uma ameaça constante e, com a deterioração dos salários e a precariedade das relações de trabalho, fez-se necessária a entrada da mulher no mercado de trabalho.

“A globalização, fenômeno de repercussões mundiais, aumentou a competitividade nacional e internacional e implicou na perda de postos de trabalho, corte de custos de produção, aumento da flexibilidade, terceirização e formas temporárias de emprego. Isso gerou insegurança no emprego, desigualdade salarial, desemprego estrutural, subemprego, trabalho informal e, conseqüentemente, diminuição do po-



der de negociação dos salários e condições de trabalho por parte dos sindicatos. A maior individualização das relações de trabalho levou ao enfraquecimento do vínculo de solidariedade” (SAMDEN, 2002).

Essa condição favoreceu o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, através do mercado informal, pois este permite que seja possível conciliar os compromissos familiares e os profissionais.

Segundo BRUSCHINI (1994:77), a *“flexibilidade no uso do tempo, no entanto, que permite a conciliação entre atividades familiares e econômicas, continua atraindo mulheres com responsabilidades domésticas para atividades como essas, que não contam com nenhum tipo de garantia.”*

A mulher, por sua vez, escolhe o ofício de costureira por ser uma atividade considerada feminina e por não ser necessária uma formação específica, ou seja, na família sempre existia alguém que havia aprendido a costurar e que ensinava para as outras.

Este tipo de trabalho assume grande importância no orçamento familiar, tornando-se, em alguns casos, fonte exclusiva de renda.

Com isso, as mulheres estão assumindo cada vez mais responsabilidades nas esferas doméstica e profissional, o que, nesse caso, estimula a revisão dos papéis tradicionalmente instituídos para elas.

“Por isso, é fundamental que sejam criadas condições concretas que permitam ampliar a possibilidade de escolha das mulheres por ter ou não uma atividade econômica remunerada mais regular, na qual possam ter acesso aos benefícios trabalhistas previstos na Constituição” (BRUSCHINI; 1994:79).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSCHINI, Cristina. *O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes*. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑHOZ-VARGAS, Mônica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS; Brasília, D.F.:UNICEF, 1994.

CARNEIRO, Maria José; PEREIRA, Jorge Luiz Goes. *Confecção doméstica em área rural: relações de gênero em questão*. Consultado na INTERNET,



- em 06 de março de 2002. <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos>
- CATTANI, Antônio David (Org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CODO, Wanderley (Coord.). *Educação, carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FISCHER, Izaura Rufino. *A participação da mulher no orçamento familiar*. Consultado na INTERNET, em 04 de junho de 2002. <http://www.fundaj.gov.br>
- LAVINAS, Lena *et al.* *Trabalho a domicílio: novas formas de contratação*. Consultado na INTERNET, em 04 de junho de 2002. <http://www.ilo.org>
- ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). *A família contemporânea em debate*. 3ed. São Paulo: EDUC, 2000. p.73-88.
- SAMDEN, Ana Francisca Moréia de Souza. *A mulher e o mercado de trabalho no Brasil globalizado: gênero, trabalho e desigualdade*. Consultado na INTERNET, em 04 de junho de 2002. <http://www.anpt.org.br>
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SUAREZ, Mireya. *Conceito de gênero – desafios para as políticas públicas*. Consultado na INTERNET, em 06 de março de 2002. http://www.emprego.sp.gov.br/genero_painel1.html